

dúvida sobre a quem cabe a produção do Plano. Christiane explicou que o COMUSAN fará sugestões de metodologia e dará subsídios à produção do mesmo. Citou que deu a ideia de construção dessa matriz através da escolha e notificação das propostas por cada Secretaria. Reforçou ainda que o COMUSAN precisa pressionar para que o trabalho seja feito de forma rápida. Nadir esclareceu que o dia 28 será um dia de trabalho para se discutir a concepção de Plano, qual a matriz integradora, etc. André B. afirmou que é necessário esclarecer o cronograma para se entender o processo e que há necessidade de muita clareza. Leandro explicou que no dia 28 de janeiro será feita uma reunião Extraordinária do COMUSAN-SP para discussão do Plano e de onde sairão algumas propostas de trabalho e metodologia. No dia 29/01 esse material seria discutido com os representantes do MDS, que avaliariam nossas propostas e indicariam se estamos no caminho correto. André B acrescentou que no dia 28/01 serão fechadas as diretrizes. Chris reforçou que temos que seguir as diretrizes Nacionais, que são frutos de diversas discussões. Após esclarecimentos e fechamento desses pontos, Solange iniciou a leitura da Recomendação PROAURP. Vera sugeriu que seja colocado o termo "implementação" no lugar de "promoção" e que diante do exposto, tem dúvida se há um Plano de Abastecimento e sobre o Plano Municipal de SAN. Dona Socorro disse que as discussões tem que ser colocadas em prática e que as coisas têm que sair do papel, por exemplo, horta comunitária no posto Vila Ramos foi desativada e é preciso ser colocada em prática novamente. Vera disse que é necessário articular com a Saúde para fomentar a implantação de hortas nas unidades e questionou sobre quem seriam os responsáveis pela assistência técnica para essas hortas. Luiz Henrique disse que muito mais do que fazer recomendações é necessário que as Secretarias incorporem a SAN em seu trabalho, em que ter um órgão dentro que se responsabilize pela SAN, por exemplo, o caso da Saúde, que ela tenha um setor específico que internalize a SAN na Secretaria. As hortas tem que ser internalizadas em cada Secretaria, Saúde, Educação, etc. Informou que há alguns pontos da Recomendação que precisam ser esclarecidos, por exemplo, a questão dos terrenos particulares, o viés é o da política pública e não de ações voltadas ao privado. Christiane disse que não é interessante a ideia de criar um setor, pois a SAN é um interessor. É uma lógica diferente e é necessário descobrir os setores dentro das Secretarias que dialogam mais diretamente com a SAN. Citou como exemplo o caso da Saúde, na qual acha que seja a Promoção da Saúde esse setor e assim evita-se a sobreposição das coisas e sim sua articulação. Vera observou que não existe um setor de Promoção da Saúde na SMS. Ela é uma Política Nacional que está na base de vários outros setores como a Atenção Básica, da Vigilância em Saúde. Christiane considerou a possibilidade de que sejam feitas atividades com os setores das Secretarias, como estratégia para construção do Plano. André B. questionou para que órgãos será encaminhada essa Recomendação e reforçou que deva ser para as Secretarias e ao Gabinete do Prefeito. Christiane reforçou que as articulações que devem ser feitas com as demais secretarias devem estar sinalizadas no documento. André B disse que está se pensando em algo mais amplo, um Plano de como a Agricultura Urbana e Periurbana vai funcionar no município de forma bem prática e objetiva e que com relação às Secretarias a CAISAN já tem esse papel articulador. Informou que futuramente pode-se refletir se no PROAURP podem ser inseridas novas Secretarias e que o Conselho pode amadurecer essa ideia e recomendar alteração do decreto e da lei. Ana Flávia reforçou que a Carta é uma cobrança do Conselho de uma valorização efetiva nesse tema para a tomada de decisões nesse sentido. Se a cidade entende que é prioridade produzir alimento na cidade, temos que plantar isso junto ao governo. Citou que há uma área produtiva há áreas tradicionais de produção de alimentos no município, que funciona há 30 anos, e que não tem possibilidade de realização a comercialização. Sugeriu também que a DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF) possa ser, de alguma forma, emitida em nível municipal, acrescentar a questão da produção das PANC's e restabelecer a continuidade do FEMa. Nadir disse que a reconstrução das Estufas não me parece algo muito bom, pois esse nem sempre foi um dos melhores programas e que é preciso focar em outras ações ou que esse projeto seja revisto. Citou como exemplo as áreas de linhas da rede elétrica para uso do poder público, podendo ser utilizados para a produção de hortas. Kyo disse se preocupar com a questão da comercialização dos produtos e que é preciso envolver a SMDHC, pois é ela que trabalha com a questão da Economia Solidária e pode também auxiliar na viabilização de comercialização, formação de cooperativas. Christiane questionou se não poderia ser pensado em um fundo de projetos de Agricultura Urbana, no qual poderiam, inclusive, participar empresas pelo viés da Responsabilidade Social. Ana Flávia sugere que a ADESAMPA também seja acionada para participar, pois pode realizar parcerias e fomentar projetos. Luis Henrique: argumentou que a política de Agricultura é muito recente, sua reflexão é muito recente e há um certo desconhecimento sobre o assunto. Informou que para a assistência técnica no meio rural um técnico cuida de 85 agricultores e um cargo de Coordenação cuida de 400 agricultores. Relatou que a maior parte do tempo de seu trabalho é fazendo amarrações institucionais e pouco tempo sobra para fazer assistência. Além disso é preciso realizar articulação social, pois não tem um corpo técnico amplo que possa fazer tudo isso. André B. ficou de fazer as alterações necessárias no documento, de acordo com os pontos discutidos e encaminhará para as devidas providências. Ana Flávia falou sobre a Reunião junto ao DAE que discutiu a regulamentação da lei de orgânicos e apresentou a Exposição de Motivos para contribuições e aprovação do Pleno. Ivan questionou sobre a quem se dirigiria este documento e acha que tenha ficado muito extenso. Neto questionou sobre a equipe técnica que foi responsável pela avaliação e acha que o prazo é muito longo para a implantação e que tem que ser levado em consideração o tempo da implementação técnica (organização dos agricultores, etc.). Luis Henrique disse que é preciso estudar bastante o cenário dos orgânicos (produção) para evitar que haja caminhos ilícitos nesse sentido, por exemplo, mercado negro de certificação. Ana Flávia informou que a compra já realizada de 27% da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar, ao fazer a transição desses produtores para orgânico já garante os 27% da meta sendo esse o grande desafio e acrescentando que essa proposta foi produzida por 45 entidades, entre elas entidades produtoras e que está previsto o ajuste da meta a cada dois anos, não acontecendo o problema do não cumprimento. Chris indagou sobre a questão das hortaliças, pois o foco ainda está em apenas três produtos. Disse que tem que ser feita uma forte aliança com os produtores agroecológicos e impulsioná-los. Ana Flávia relatou que a Cooperapas está se preparando para a DAP Jurídica para a venda de verduras no município e a transição dos agricultores da região de proteção ambiental. Chris acha importante envolver o CONSEA-Estadual por conta que essa política envolve órgãos estaduais, principalmente a CATI. Eu, Leandro Costa Cuerbas, Secretário-Executivo do COMUSAN, redigi e lavro a presente ata. Ata da 2ª Reunião Ordinária da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. Aos vinte e cinco (25) dias do mês de fevereiro de 2016, no Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulista, na Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. PAUTA: 1.Abertura e expediente; 2. Comunicações da Presidente; 3. Informes da Secretaria Executiva; 4. Deolutiva sobre a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; 5. Ofício encaminhamento à Secretaria do Verde Meio Ambiente sobre PROAURP; 6. Diligências em algumas hortas; 7. Diligências no Banco de Alimento; 8. Comissões Permanentes – Plano de Trabalho; 9.Informes dos conselheiros

e encerramento. Estiveram presentes, conforme assinatura em lista: Marcelo Mazeta Lucas e Luis Henrique Marinho Meira – SDTE; Rita Helena Bueno Pinheiro e Vera Helena Lessa Villela-SMS; Agnes Hanashiro – SME; José Cano Herédia Neto – SMDHC; Suelly Feldman Bassi – SVMA; Marly Menz Escola Técnica MAKIGUTI; Kiyosumi Misawa – Associação Integração Campo Cidade; Camila Mendes Kneip – Banco de alimentos associação civil; Maria Helena Flaviano – Associação Comunitária Francisco Pinheiro ACROFAPI ; Christiane Gasparini Araujo Costa – Instituto Polis; Betina Gerken Brasil – Universidade Paulista – UNIP; Angela Raymond – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana; Fabiana Sanches de Oliveira e Gabriel Zei – Slow Food; Tereza Anunciata C. Dos Santos – Pastoral da Criança; André Luzzi – Ação da Cidadania; Vânia Luzia Cabreira – CRN – 3 – Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (SP e MS); Milcíra Teixeira Filho – Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo; Mirtes Gomes de Holanda – Empreendimento de Economia Solidária mãos na Massa; Carmen Sílvia Carmona de Azevedo – ouvinte. Dando início à reunião do COMUSAN-SP, Leandro falou da necessidade de um representante do COMUSAN-SP no Fórum de Imigrações. Como o Sr. Neto acompanha pela SMDHC essa discussão, o mesmo ficou incumbido de levar a pauta da SAN no fórum e trazer as notícias e deliberações. A Sra. Maria Helena Flaviano relatou sua experiência ao fazer contato na escola de seu bairro com o intuito de construção de uma horta. Agnes informou que o DAE pode estabelecer um diálogo e auxiliar no andamento do projeto. A Sra. Fabiana falou que na quaresma o Slow Food lançou a Campanha Slow Fish em prol do pescado e elaborou o manual consumo responsável. O Sr. André L. deu um panorama do que está acontecendo com a construção do Plano. Relatou as reuniões que foram feitas com representantes do Governo Federal e a formação da Comissão entre CAISAN e COMUSAN. Falou que percebeu que o Plano Municipal não está muito diferente do que está sendo pensado nacionalmente, mas como um primeiro momento está sendo pensado em algo híbrido, envolvendo multisetores e transversalizando para a união das secretarias em projetos. Informou também que há alguns gargalos, tais como: a questão do financiamento; descentralização e territorialização da política; indicadores e falta de dados; o papel das subprefeituras nesse processo; e como dinamizar o que já está previsto nos planos setoriais. Como encaminhamento ficou sugerido que a UNESP, pelo projeto com MDS, pense uma matriz, cruzando os documentos da Conferência Municipal de SAN e pacto para Alimentação Saudável e estudos de como é, para o que é uma Política de SAN na cidade de SP, sobre a questão metropolitana, a convergência de conselhos e a questão hídrica. Também ficou a sugestão de uma Oficina em São Paulo sobre a construção do Plano, com foco em grandes cidades e regiões metropolitanas.A Sra. Márcia M. questionou sobre como os conselheiros podem participar de forma mais incisiva na delimitação das ações e, assim, serem mais atuantes. O Sr. Neto informou que a construção do Plano é uma segurança institucional e que tem pautado a cidade. Falou da experiência da produção do Plano para a Política de Moradores de rua, no qual há um processo de construção e posterior Consulta Pública. A Sra. Vera reforçou que a cidade se encontra num momento muito importante, que nunca houve essa construção de ações para o município e que é fundamental para que as várias se debruçem sobre essa questão e tragam para o pleno. A Sra. Chris destacou dois pontos: 1. que há tantos anos foram tolhidos de participar e que agora há um grande trabalho. Reforçou que o Plano é uma construção que toma tempo, que é preciso recuperar o tempo perdido, que esse documento é uma defesa do COMUSAN, que é o que querem para a cidade, independente de quem esteja na gestão; 2. a complexidade da cidade e a falta do diálogo da sociedade civil com a gestão pública, que é necessário discutir a participação da sociedade civil na política pública de SAN, pois uma ajuda dada a uma ação pode fortalecer muito a mesma dentro da expertise de muitas entidades. André L. destacou que pela 1ª vez uma Política e um Plano, é uma Política de Estado na cidade, e que os Conselheiros são agentes públicos que tem compromisso com o Plano e fazer política com ele. Outro ponto importante é o Monitoramento e Avaliação. O Sr. Vinicius questionou se há um cronograma. O Sr. André L. informou que é competência da CAISAN e que esse cronograma precisa ser feito e colocado no site. A Sra. Chris sugeriu que as entidades que tem jornal divulgassem pequenas matérias; que seja feita uma Carta para negociar com os candidatos à eleição municipal nesse ano com o compromisso de dar continuidade às ações e ter garantia de que não haverá um retrocesso. A Sra. Rita H disse que irá fazer pressão na Secretaria Municipal da Saúde para sua substituição na área de Nutrição no Departamento de Atenção Básica, após sua aposentadoria. A Sra. Vera H reforçou que o papel do COMUSAN é o de levar os assuntos de SAN à discussão, propor ações e fiscalizar sua realização. E, nesse sentido, podem, enquanto conselheiros, ir aos Conselhos Participativos para levar a discussão nas Subprefeituras. Diante da discussão sobre as hortas e do Banco de Alimentos, saiu a necessidade de diligência em algumas hortas e no Banco. Assim, formaram-se dois grupos: 1. Diligência Hortas: André B., Bettina, André L., Fabiana Sanches, Carmen, Gabriel, Teresa, Rita, Márcia e Kyosumi. O Sr. André B. falou de uma horta específica, na qual tem sido cobrada multa por não ter autorização para funcionar. O Sr. André L. que após as visitas faremos recomendações de acordo com as demandas e que o grupo precisa estabelecer critérios e parâmetros para as visitas. A Sra. Carmen sugeriu que o roteiro seja construído on-line. O Sr. Luis Meira informou que, da parte do DAA, as hortas são de caráter de geração de renda, que essas informações estão totalmente disponíveis, que as ONG's têm trajetória e estão sendo acompanhadas pela Prefeitura, que essas ações estão no escopo do PROAURP e citou como exemplo o Programa Operação Trabalho que transfere renda para pessoas em vulnerabilidade social que trabalham nas hortas Estufas (Programa Hortas e Viveiros da Comunidade). André L. disse que é importante visitar aquelas que estão em situação crítica e que é necessário fazer recomendações ao PROAURP no intuito de apontar necessidades de mais Casas da Agricultura na cidade, maior contingente de técnicos e melhoria na atuação das hortas. O Sr. Kyo que, no dia 15 de Dezembro, foi feito um Seminário em São Matheus e que foi produzido um texto sobre as hortas escolares, que foi lido para os conselheiros. O Sr. Luis H também informou que o PROAURP nunca teve orçamento, somente as Escolas Estufas estão previstas e que essas passaram por várias secretarias e agora está na SDTE na tentativa de colocá-las em andamento. O Sr. André L. informou que houve, no passado, uma discussão na Câmara sobre orçamento da Agricultura Urbana. A Sra. Vera H. reforçou que o papel das diligências é identificar o que está acontecendo, se apropriar disso e recomendar coisa. O Sr. Gabriel e o Sr. André B. se propuseram a estruturar o roteiro das visitas às hortas. O Sr. Kyo falou da importância de dar ênfase na questão da estufa para uso dos equipamentos que estão ociosos para a produção por parte da sociedade civil e poder público. Com relação à diligência no Banco de Alimentos foi discutido o mesmo modelo das hortas e grupo foi formado por: Maria Helena Flaviano, Ana Flávia, Milcíra, Vânia, Camila Kneip e Angela. Ficaram de reestruturar o roteiro: Vânia, Vinicius, Bettina e Milcíra. Por fim, foi feita a leitura da nota/ofício sobre a regulamentação da lei de orgânico na Alimentação Escolar e os presentes votaram sim e aprovaram-na. O Sr. André L. agradeceu a participação do COMUSAN no processo de construção do Plano de Inserção de Orgânicos na A.E o que qualificou o processo de construção. Eu, Leandro Costa Cuerbas, Secretário-Executivo do COMUSAN, redigi e lavro a presente ata.

GESTÃO

COORDENADORIA DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

DEPTO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS E SERVIÇOS

COMUNICADO 004/2016 - SMG/COBES/DGSS					
PROCESSO	ATA	OBJETO	PREÇO ATUAL	ATA	EMPRESA
Relação de Materiais, Serviços e Preços Registrados, em conformidade com o artigo 6º do Decreto Municipal 56.144/2015. "OS PREÇOS REGISTRADOS A SEGUIR APRESENTAM A ECONOMICIDADE EXIGIDA PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES, NOS TERMOS DO INCISO IV, DO ARTIGO 6º, DO DECRETO MUNICIPAL 56.144/2015"					
2014-0.063.922-7	004/2014	Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (voz e dados), com a disponibilização de terminais móveis em regime de comodato (celular, smartphone, modem e sim cards) à Prefeitura do Município de São Paulo.	VIDE TABELA DE PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/SEMPLA/COBES/2014.		TELEFONICA BRASIL S/A
2014-0.036.476-7	005/2014	Fornecimento de Papel Sulfite com certificado ambiental - branco - A4 - 75 g/m2 - 210 X 297 mm.	R\$ 11,14 (resma) retroagir o preço a data de 28.07.2015 (Termo Aditivo 004/2015)		AUTOPEL AUTOMAÇÃO COMERCIAL E INFORMÁTICA LTDA.
FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO					
2011-0.181.033-1	006/2014	Botijão de 13 kg	R\$ 45,00 (o botijão)		COMPANHIA ULTRAGÁZ S/A
		Cilindro de 45 kg	R\$ 167,38 (o cilindro)		
		Cilindro de 90 kg	R\$ 330,00 (o cilindro)		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO					
2014-0.013.165-7	009/2014	Caixa d'água/Reservatório Capacidade de até 500 litros	R\$137,98(valor unitário)		EXCEL DEDETIZADORA LTDA
		Caixa d'água/Reservatório Capacidade Capacidade de 501 a 1000 litros	R\$137,98(valor unitário)		
		Caixa d'água/Reservatório Capacidade de 1001 a 5.000 litros	R\$137,98(valor unitário)		
		Caixa d'água/Reservatório Capacidade de 5.001 a 10.000 litros	R\$137,98(valor unitário)		
		Caixa d'água/Reservatório Capacidade Capacidade de 10.001 a 20.000 litros	R\$137,98(valor unitário)		
		Caixa d'água/Reservatório Capacidade Capacidade acima de 20.000 litros	R\$137,98(valor unitário)		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS COM					
2014-0.013.166-5	010/2014	DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PAINEL / PAINEL - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 59,99 (valor unitário)		MÁRCIO GONÇALVES CONSTRUÇÕES-EPP
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PAINEL CEGO – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 66,00 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PORTA / BANDEIRA – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 62,00 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PAINEL / VIDRO – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 78,00 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PORTA / VIDRO – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 78,64 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PAINEL / VIDRO / PAINEL – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 78,50 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PAINEL / VIDRO / VIDRO – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 63,00 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA – PORTA / BONECA / PAINEL – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 66,00 (valor unitário)		
		DIVISÓRIA DE ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MIOLO COLMÉIA PORTA / BONECA / VIDRO - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	R\$ 76,86 (valor unitário)		
		2013-0.151.118.0.15	011/2014	DETERGENTE EM PÓ BIODEGRADÁVEL	
2014-0.205.515-0	012/2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAXI AEREO, POR AERONAVE COM ASA ROTATIVA (HELICÓPTERO), PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, VOLTADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS.	R\$ 3.800,00 (valor da hora de voo).		HELMARTE TAXI AÉREO LTDA.
2014-0.289.486-0	002/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO SISTEMATIZADO DE VIAGENS CORPORATIVAS À PMSP	TAXA DE AGENCIAMENTO (Transação FEE): R\$ 0,01		MARFLY VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
2014-0.122.598-1	003/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE ESTÁGIO PARA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PMSP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DESTA TERMO DE REFERÊNCIA.	PREÇO UNITÁRIO (PER CAPTA): R\$ 11,59 (Onze reais e cinquenta e nove centavos)		SUPER ESTÁGIOS LTDA-EPP

"OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DEVERÃO ENCAMINHAR AO ÓRGÃO GERENCIADOR AS INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS. (ARTIGO 7º, VI DO DECRETO MUNICIPAL 56.144/2015)"

ATA DE R.P. nº 004/SEMPLA-COBES/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (VOZ E DADOS), COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE TERMINAIS MÓVEIS EM REGIME DE COMODATO (CELULAR, SMARTPHONE, MODEM E SIM CARDS) À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

DETENTORA: TELEFONICA BRASIL S/A

PREÇOS ATUAIS:

TIPO DE ASSINATURA/SERVIÇO	REDE	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
Assinatura de Voz com Internet (TIPO I)					
Com acesso Internet 5GB com aparelho em comodato TIPO I-A (Item I-A)	Mesma Operadora	Unidade	371	R\$ 15,40	R\$ 5.713,00
Com acesso Internet 2GB com aparelho em comodato TIPO I-B (Item I-B)	Mesma Operadora	Unidade	2.188	R\$ 15,40	R\$ 33.695,20
Com acesso Internet 500 MB com aparelho em comodato TIPO I-C (Item I-C)	Mesma Operadora	Unidade	1.365	R\$ 15,40	R\$ 21.021,00
SIM cards GSM com acesso Internet 2 GB sem aparelho (Item I-E)	Mesma Operadora	Unidade	6.342	R\$ 15,40	R\$ 97.666,80
Assinatura de Voz sem Internet (TIPO I)					
Sem acesso Internet com aparelho em comodato TIPO I-D (Item I-D)	Mesma Operadora	Unidade	4.670	R\$ 5,00	R\$ 23.350,00
SIM cards GSM sem acesso Internet sem aparelho (Item I-F)	Mesma Operadora	Unidade	958	R\$ 5,00	R\$ 4.790,00
Assinatura – Sistema Gestor					
Sistema Gestor	Mesma Operadora	Unidade	15.894	R\$ 2,99	R\$ 47.523,06
Serviços de Voz (TIPO I)					
SMP INTRAGRUPPO VC1	INTRAGRUPPO	Assinatura	15.894	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VC1 - Ligação Local (móvel x móvel)	Mesma Operadora	Minuto	585.984	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VC1 - Ligação Local (móvel x móvel)	Outra operadora	Minuto	585.984	R\$ 0,06	R\$ 35.159,04
VC1 - Ligação Local (móvel x fixo)	STFC	Minuto	502.272	R\$ 0,06	R\$ 30.136,32
VC2 - Longa Distância Nacional no Estado (móvel x móvel)	Mesma Operadora	Minuto	8.371	R\$ 0,30	R\$ 2.511,30
VC2 - Longa Distância Nacional no Estado (móvel x móvel)	Outra operadora	Minuto	8.371	R\$ 0,40	R\$ 3.348,40